



# Sinjufego

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás

---

## Ata da Assembleia Setorial realizada na Justiça Federal

26/03/2014

(Minuta da Portaria do Ponto Eletrônico)

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e catorze, às dezesseis horas, na entrada pela Rua 20 da sede da Seção Judiciária Federal de Goiás – Goiânia – GO, reuniram os servidores para discutir a minuta do ponto eletrônico a ser implantado na Seção Judiciária Federal de Goiás. Abrindo a sessão, o presidente do Sinjufego fez breve histórico sobre a atuação do sindicato relatando que a entidade realizou audiências com o diretor do Foro Mark Yshida, ocasiões nas quais foi transmitida ao diretor a insatisfação dos servidores com a adoção do mecanismo de frequência eletrônica por considerá-la desnecessária e dispendiosa, elencando o sindicato à época que há outras prioridades mais urgentes para destinação dos gastos da Administração. O presidente do Sinjufego ainda informou que o requerimento administrativo pedindo a não implantação do ponto eletrônico encontra-se em grau de recurso no TRF-1, com previsão de ser pautado no dia 1º/04/2014. Segundo o presidente do sindicato, esgotando a via administrativa, e em caso de negativa, serão oportunamente questionados judicial e administrativamente outros dispositivos da portaria do sistema eletrônico de frequência, caso não haja melhora na atual redação da minuta. Aberta a palavra aos servidores para que fizessem sugestões de melhorias na minuta inicial do ponto eletrônico, foram apresentadas as seguintes propostas: (1) **alertar a Administração para o fato de haver tendência de implantação do trabalho virtual em casa, realidade existente em outros Tribunais, razão pela qual o ponto eletrônico tornaria desnecessário;** (2) **ampliação do horário do expediente das 7 às 19h, estando essa sugestão com amparo no art. 172 do CPC, tal alteração não interrompe a continuidade administrativa, se mantiver a redação da minuta poderá haver servidores que optem por trabalhar somente no período da tarde;** (3) **foi sugerido que o sindicato deve submeter o texto da minuta à análise do Jurídico de Brasília;** (4) **questionar a Administração como ficará a situação dos servidores que têm horário especial como no caso de estudantes e outros casos de redução de jornada por atestado em perícia médica;** (5) **reivindicar alteração no texto da minuta onde consta que “os casos omissos serão resolvidos pelo Juiz Federal Diretor do Foro”, esse dispositivo abre margem para toda sorte de discricionariedade e eventuais privilégios, devendo a Portaria elencar taxativamente os casos excepcionais, assim conferiria maior segurança jurídica e evitaria a quebra de isonomia no tratamento;** (6) **foi sugerido que o Sindicato acione o Ministério Público do Trabalho para verificar desde a licitação até a certificação dos equipamentos eletrônicos;**



# Sinjufego

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás

---

**(7) foi sugerido que o Sindicato reivindique até as últimas instâncias o restabelecimento da igualdade de tratamento, pois haverá conflitos internos e piora do clima organizacional com a divisão entre servidores que assinalam o ponto e outros servidores que não marcam o ponto eletrônico. (8) foi sugerido que seja totalmente rediscutida a proposta de banco de horas, a atual proposta de banco de horas foi inventada de forma unilateral, com absurdos de aumento de sobrejornada, sem a devida contraprestação pecuniária, e de prescrição do banco de horas em 3 (três) meses.** Após o término da apresentação das propostas acerca das melhorias na minuta do ponto eletrônico, as quais serão protocoladas na Direção do Foro, o presidente do Sinjufego forneceu informes sobre a campanha salarial, citando as deliberações da última Ampliada da Fenajufe, informando os presentes que há indicativo de greve que deve ser deflagrada pelos sindicatos até o dia 29 de abril de 2014. Informou que a campanha salarial segue conjunta com os demais servidores públicos federais, nos moldes de 2012, informando que esse ano de 2014 é um ano curto do ponto de vista parlamentar encerrando-se em Maio praticamente e retornando em Agosto de forma precária por conta das eleições gerais e parlamentares. O presidente ressaltou que os grandes obstáculos atualmente são a PEC 59/2013 que cria o Estatuto Único dos Servidores do Judiciário Nacional (Estadual e Federal) e a proposta de carreiras exclusivas nos Tribunais Superiores. O presidente do Sinjufego conclamou a participação dos servidores no Ato Nacional da Fenajufe em frente ao Supremo no dia 05/04/2014. Por fim, foi sugerido que o Sinjufego protocole nos Tribunais a pauta de reivindicação da categoria. Nada mais havendo para discussão e não havendo também nenhum outro ato digno de registro, a presente Ata foi encerrada e assinada pelo presidente da sessão.

João Batista Moraes Vieira  
Presidente do Sinjufego